



PRACA

REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFPE



VOLUME 4 - NÚMERO 1, 2020
ISSN 2595-1025

dossiê

Florestan
Fernandes



Contato

revistapracaufpe@gmail.com

Para mais informações, arquivos e submissões em fluxo contínuo, acesse:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca>

Imagem da capa:

Câmara dos Deputados

Informações Bibliográficas:

Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE

Volume 4, Número 1, 2020, 106 páginas

ISSN: 2595-1025

Comitê Editorial:

Anita Pequeno

Carla Ribeiro Sales

Claudia R. Ferreira de Brito

João Flávio M. Amaral

Marcele de Moraes Silva

Mariana Albuquerque

Raphael Nascimento

Rebecca Portela Melo

Samara Maria de Almeida

Agradecimentos:

À professora Eliane Veras e ao professor Diogo Valença pela gentil escrita do editorial.

A todos os autores e pareceristas que contribuíram para a produção desta edição.

Sumário

Editorial	4
-----------------	---

Dossiê: Florestan Fernandes

As pesquisas folclóricas desenvolvidas por Florestan Fernandes: <i>uma introdução</i>	6
Rebeca Bandeira	

Cem anos de Florestan Fernandes: <i>uma vida dedicada à defesa da escola pública</i>	19
Cláudia Sena Lioti e Márcia Marlene Stentzler	

Ensino de Sociologia no Ensino Médio: <i>o olhar de Florestan Fernandes</i>	33
Célia Oliveira dos Santos Neta	

Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos: <i>apontamentos sobre o capitalismo dependente e o fascismo na América Latina</i>	45
Itamá Winicius do Nascimento Silva	

Florestan Fernandes: <i>um precursor da política de promoção da igualdade racial no Brasil?</i>	69
Tairine Ferreira Pimentel	

O paradoxo da democracia nas relações raciais: <i>uma leitura de “A integração do negro na sociedade de classes”</i>	83
Lara Maria Alves Falcão	

Resenha

Recursos para um ativismo intelectual: <i>o paradigma da interseccionalidade em Patricia Hill Collins</i>	102
Lunara Gomes	

Cem anos de Florestan Fernandes: *uma vida dedicada à defesa da escola pública*

Cláudia Sena Lioti*
Márcia Marlene Stentzler**

Resumo

Neste artigo, discutimos a trajetória pessoal, profissional e intelectual do sociólogo Florestan Fernandes, com o objetivo de compreender aspectos do seu pensamento e ação socioeducacional a partir da Campanha em Defesa da Escola Pública que ocorreu entre os anos de 1959 e 1961, momento em que tramitava o projeto para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com discussões e debates sobre o texto daquela que seria a LDB 4024/1961 (BRASIL, 1961). Realizamos revisão bibliográfica, refletindo sobre o papel de Florestan Fernandes nesse contexto, rememorando feitos desse intelectual e dos movimentos que se levantaram por mudanças socioeducacionais naquele período histórico. O artigo evidencia estratégias do intelectual para superar contradições que ainda permanecem na educação e na sociedade brasileira um século após o nascimento deste educador, que defendeu uma escola democrática.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Educação; Democracia; Campanha em Defesa da Escola Pública.

One hundred years of Florestan Fernandes: *a life dedicated to the defense of public school*

Abstract

In this article we discuss the personal, professional and intellectual trajectory of the sociologist Florestan Fernandes with the aim of understanding aspects of his Socioeducational thinking and action, from the Campaign in Defense of the Public School that took place between 1959 and 1961, when the project was being processed to the first National Education Guidelines and Bases Law, with discussions and debates on the text of what would be the LDB 4024/61 (BRAZIL, 1961). We conducted a bibliographic review, reflecting on the role of Florestan Fernandes in this context, recalling achievements of this intellectual and of the movements that arose by socioeducational changes in that historical period. The article highlights strategies of the intellectual to overcome contradictions that still remain in education and in Brazilian society, a century after the birth of this educator who defended a democratic school.

Keywords: Florestan Fernandes; Education; Democracy; Campaign in Defense of the Public School.

*Mestranda em Educação pela UNESPAR. Possui especialização em Atendimento Educacional pela INSEP e em Educação Especial, Educação Infantil e Alfabetização pelo Instituto Rhema de Educação. Graduada em Letras pela FAEL. E-mail: claudinha.csl@hotmail.com.

** Docente adjunta no Curso de Pedagogia da UFPR. Doutora em Educação pela UFPR. Mestrado em Educação pela UEPG. Especialização em Psicopedagogia pela FAFIUV. Graduada em Pedagogia pela UFPR. E-mail: mmstentzler@gmail.com.

Introdução

Em 22 de julho de 1920, nascia o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Este intelectual deixou várias contribuições para se pensar a educação na atualidade, principalmente, no que se refere ao ensino fundamentalmente democrático e à disposição de todas as classes sociais, ou seja, uma escola pública fortalecida com investimentos do estado.

Florestan Fernandes, assim como outros intelectuais de sua época, ou de momentos históricos anteriores ou posteriores ao seu, por meio de publicações, discursos, palestras, debates e envolvimento em movimentos em prol da educação, deixou um legado de lutas, registros e reflexões, para que as gerações seguintes pleiteassem que uma escola pública de qualidade pudesse ser um direito de todos os níveis sociais.

Florestan partiu de correntes marxistas para embasar suas concepções, sendo referência para diversos estudiosos que se dedicaram a escrever sobre seu legado intelectual e sobre sua filosofia, entre os quais podemos destacar os estudos de Candido (1987; 1996); Pontes (1998); Mariosa (2007); Melo e Machado (2016), entre outros.

Neste artigo, resgatamos aspectos da trajetória deste intelectual desde o seu nascimento em 1920, até 1995, ano de sua morte. Objetivamos compreender aspectos do seu pensamento e ação socioeducacional a partir da Campanha em Defesa da Escola Pública. Nossa discussão dará ênfase ao final da década de 1950 e ao início dos anos 1960, em razão dos acontecimentos deste período em torno da referida Campanha (1959-1961) de “[...] intensa repercussão, que obteve o apoio e participação de intelectuais, educadores, professores e alunos na análise e proposições de mudanças da realidade educacional brasileira (MELO e MACHADO, 2016, p. 01).

Investigamos também as origens e vivências que perpassaram a ação desse filósofo, cujo trabalho se entrelaça ao percurso histórico, educacional, social, político e econômico vivenciado no Brasil durante o século XX, momento histórico, em que muitos movimentos sociais se organizavam e se levantavam em busca de forças e maior inserção para lutarem por seus propósitos – dentre eles, a melhoria e maior alcance da educação, por melhores condições de emprego, saúde, moradia, como também o combate à violência, criminalidade e a diversas formas de racismo e preconceitos, além da reforma agrária.

Neste estudo, utilizamos a revisão bibliográfica para o entendimento sobre a trajetória deste sociólogo. Para Lakatos e Marconi (2006, p. 160): “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Compreendemos a história enquanto processo elaborado e vivenciado por indivíduos com trajetórias de vida e de formação determinantes para a formação social e pessoal. Para Sirinelli (1996), itinerário, geração e sociabilidade são necessárias para o estudo da trajetória dos intelectuais no campo da história intelectual. Do mesmo modo, Febvre (2000) afirma que as ideias não podem

estar sem sequência, soltas ou incorrer em anacronismo. Assim, não podemos conceber a trajetória de um intelectual partindo de fatos soltos, isolados, livres, pois as circunstâncias se justificam, na medida em que a trajetória é compreendida numa sequência temporal dos fatos históricos.

Florestan Fernandes militou em Defesa da Escola Pública e fomentou discussões sobre as controvérsias educacionais de seu tempo, como a necessidade de um ensino público e de qualidade para todas as camadas sociais e a atuação do Estado na concessão de subsídios para a educação pública. A partir de seu legado é possível refletir criticamente sobre os dilemas da escola pública e a crise sistemática do capital.

São Paulo: o tempo e a cidade em que nasceu Florestan Fernandes

No Brasil do início do século XX, ficaram evidentes as mudanças sociais em razão do modo de vida capitalista e do regime republicano, implantado com a Proclamação da República em 1889. Um dos desdobramentos da nova realidade daquele começo do século XX foi o surgimento do movimento modernista, representado nas artes, na arquitetura, na economia e nos mais diversos âmbitos, transformações que trouxeram novos hábitos para a vida social e para os costumes.

Na década de 1920, o Estado de São Paulo engatinhava rumo a um novo padrão de acumulação. Era o início de um novo processo social onde o modelo primário, agrário e exportador, deixaria de prevalecer, abrindo caminhos para a urbanização e industrialização. O resultado desse processo ficou conhecido como modernização, uma oposição à tradição, ao antigo.

A ideia de modernização encontrou condições profícuas no estado paulista e este se tornou modelo para outras regiões brasileiras no tocante à educação. Segundo Cano (2012), São Paulo concentrava cerca de dois terços das exportações do Brasil, apesar dos reflexos do pós-guerra e da crise internacional, que se desencadeava nos Estados Unidos da América, restringindo o comércio exterior e aumentando a instabilidade financeira internacional.

O crescimento do excedente e dos lucros apresentou uma trajetória altamente positiva na cidade de São Paulo até o início dos anos de 1920, ampliando sobremodo sua capacidade de crescimento e diversificação capitalista, ganhando colossal dianteira econômica sobre as demais regiões do país. Segundo Cano:

O período como um todo apresenta resultado médio espetacular: grande aumento físico e de valor nas exportações; notável expansão da área plantada dos demais produtos, além da área cafeeira; “boom” de investimento industrial; maior inserção produtiva do capital forâneo; instalação de novos setores industriais mais complexos; e ampliação e diversificação urbana (CANO, 2012, p. 901).

Observa-se que o crescimento de São Paulo também já contava com capital de investidores de outros países, o “capital forâneo”, que conjuntamente com outros investimentos, estimulava

mudanças, as quais elevariam o crescimento da taxa de emprego, atraindo mais pessoas para a cidade. Com isso, houve a ascensão de uma elite conservadora que, em resposta à organização da classe trabalhadora, ampliou o aparelho repressor contra as reivindicações populares.

Em 1919, a cidade de São Paulo contava um total de 579.000 habitantes, e ao longo da década de 1920 passaria a ter 900.000, com uma força trabalhadora industrial atingindo o número de 160.000 operários. Era o “[...] maior centro industrial da América Latina” (CANO, 2012, p. 904). Entretanto, vários problemas sociais se avolumavam em torno da cidade. Um deles era a escolarização. Em 1920, somente 24,5% da população da capital estava alfabetizada. Tais dados apresentavam ainda um percentual de mais 75% dos habitantes como analfabetos. Esse contexto favoreceu os “[...] conflitos de interesses entre frações da burguesia; alta de preços; reivindicações por mais direitos sociais e expansão do movimento revolucionário tenentista, que culminaria nas Revoluções de 1922 e 1924” (CANO, 2012, p. 907).

Tais movimentos resultaram numa maior complexidade social e econômica, avolumando os embates de interesses e ideias, o que impôs ao Estado a busca por fortalecimento institucional.

Foi um período de tomada de consciência social e de classe, tanto do proletariado quanto da burguesia, tornando-se o germe de movimentos sociais que se desdobrariam nos anos posteriores. Havia também debates sobre qual educação o projeto de modernização econômica deveria exigir, assim como, quais instâncias deveriam responsabilizar-se pela educação e quais sujeitos deveriam recebê-la (SANFELICE, 2007).

Foi nesse cenário de transformações, conflitos e movimentos, que em 22 de julho de 1920 nasceu Florestan Fernandes. Filho único de uma imigrante portuguesa, Florestan, nem mesmo chegou a conhecer o seu pai (ROMERO, 2015). Compreender o espaço social e familiar da infância e adolescência de Florestan Fernandes se torna um fator determinante para assimilar a trajetória que permitiu ao menino pobre estudar e se tornar um sociólogo influente, com envolvimento em várias causas sociais no país.

Enquanto cursava a terceira série do primário, Florestan precisou deixar a escola para ajudar a mãe nas despesas da casa, para isso foi trabalhar como engraxate como faziam muitos outros meninos de sua idade. De acordo com Pontes “[...] o mínimo de requisitos exigidos na vida urbana era ler, escrever e contar” (1998, p.166). Durante a infância e adolescência, Florestan trabalhou também em uma padaria e em um restaurante da capital.

Considerando as especificidades da pesquisa, o momento histórico e a conjuntura social, compreendemos, com base em Thompson (1987) que os salários das crianças eram um componente essencial dos vencimentos das famílias trabalhadoras na sociedade industrial. A experiência no mundo do trabalho vivida por Florestan desde a infância pode ter contribuído com a sua visão de mundo, formação e percepção sobre políticas sociais, infância, famílias e acesso à educação.

Já no fim da adolescência, ele trabalhou num laboratório. Começou como entregador de amostras e terminou como chefe de seção de materiais dentários. Segundo Pontes, este emprego

e a oportunidade de retomar os estudos “[...] permitiu a Florestan romper o círculo de ferro de sua condição social” (1998, p.167). Vale destacar que a chance para regressar aos estudos não faz parte da realidade na trajetória de vida da maioria dos brasileiros, isso, em razão das dificuldades sociais, familiares, financeiras ou de motivação. Florestan, por sua vez, tinha em si a compreensão da necessidade do protagonismo da classe trabalhadora, tão desapoderada pelas conveniências de classe e, desprovida do acesso aos bens sociais, que deveriam ser para todos, sobretudo, a educação.

Aos 17 anos foi incentivado a retornar para os estudos. Matriculou-se em um curso específico para adultos e estudou entre 1938 e 1940 o equivalente ao ensino primário e secundário. Em 1941, ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Concluiu o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais (ROMERO, 2015). A pesquisadora Heloisa Pontes (1998, p.144) resgata aspectos dessa trajetória a partir de uma entrevista de Florestan Fernandes ao museu da Imagem e Som, no ano de 1981. Nela, Fernandes relembra o período de graduação e dificuldades que passou naquele período, considerando-se de uma:

Espécie mais pobre no meio cultural. Eu não sabia francês. O que eu tinha aprendido de francês e de inglês só dava para passar no exame, não dava para ler um livro, quanto mais ouvir um curso do professor Maugué, ou do professor Hugon. Nós fomos obrigados a fazer um esforço enorme, principalmente os estudantes pobres. Um esforço enorme de leitura. Todos nós éramos autodidatas. Era uma formação típica de um mundo colonial. Mas essa situação foi muito produtiva, porque, de uma hora para outra, em qualquer setor do conhecimento, nós estávamos realmente na metade do século XX. Se não acontecesse isso, nós realmente continuaríamos com um débito muito grande. Os professores franceses não entendiam a situação em que estavam e por isso exigiam. E nós tínhamos que avançar (...) E avançamos com rapidez. Sem relação maternal, sem mamadeira, o estudante cresce, amadurece. Isto, contudo, não impediu que as coisas fossem difíceis para mim (PONTES, 1998, p. 144).

O relato acima apresenta trechos de uma entrevista de Florestan cedida ao Museu da Imagem e do Som (MIS), em junho de 1981. Os excertos de seu discurso, organizados por Heloisa Pontes (1998), revelam as inúmeras dificuldades pelas quais Florestan passou em sua graduação e a grande defasagem de conhecimento que tinha em relação a outros alunos com preparo maior. “Como também não possuía um nome de família, eu desaparecia no pequeno número, como se estivesse perdido em uma massa enorme de estudantes” (FERNANDES, 1994, p.131) – fica claro que ele percebia a sua disparidade em relação às exigências de professores estrangeiros. O que tornava necessário um esforço ainda maior em estudar para superar essas lacunas e poder acompanhar o conhecimento de meados do Século XX.

Após concluir a graduação, segundo afirma Romero (2015), ele passou a colaborar com os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha da Manhã*. Em 1944 iniciou a pós-graduação em Sociologia e

Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Neste mesmo ano, casou-se com Myriam Rodrigues Fernandes e teve com ela seis filhos: Heloisa, Noêmia, Beatriz, Silvia, Miriam Lúcia e Florestan Júnior. Em 1945, passou a atuar como pesquisador e professor assistente de Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II da Universidade de São Paulo (USP).

Em 1947, concluiu o mestrado em Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, e sua dissertação tinha como título *A Organização Social dos Tupinambá*. A pesquisa reconstruiu a realidade social dos índios tupis-guaranis, habitantes de uma grande parte das exterminados do litoral brasileiro na época dos descobrimentos. O texto que lhe conferiu o título de mestre foi agraciado com o Prêmio Fábio Prado, em 1948. Sua pesquisa é considerada um clássico da etnologia brasileira, abordando a cultura e a sociedade.

Alcançou o doutorado em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP no ano de 1951 com a tese intitulada *A Função Social da Guerra da Sociedade Tupinambá*, dando prosseguimento aos estudos sobre os indígenas que ocupavam uma parte considerável do território brasileiro no século XVI (MARIOSIA, 2007).

Entre o fim dos anos 50 e início dos anos 60, o trabalho de Florestan Fernandes ganhou repercussão nacional por seu engajamento na Campanha em Defesa do Ensino Público, conforme debateremos no próximo tópico.

A partir de 1964, com a instalação da ditadura militar, Florestan foi afastado das atividades acadêmicas, o que Candido (1987, p. 35) definiu como “proscrição intelectual”, já que o regime militar lhe impôs uma aposentadoria compulsória pelo Ato AI-5¹, ficando Florestan Fernandes proibido de lecionar, dar palestras e falar em público. Foi também perseguido e preso pelo regime, mas permaneceu pouco tempo na prisão, em razão do forte impacto causado pela divulgação de sua carta aberta à comunidade, por meio da imprensa, na qual, segundo Sanfelice (2007, p. 254), reafirmava o papel dos intelectuais no enfrentamento à ditadura militar – e fez isso usando argumentos críticos: “se a grande virtude do militar era a disciplina, a do intelectual era o espírito crítico”.

Ao relembrar sua própria trajetória, Florestan Fernandes assevera que:

Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extraescolar que recebi através das duras lições da vida. Para o bem e para o mal — sem invocar-se a questão do ressentimento, que a crítica conservadora lançou contra mim — a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu distorcer nem esterilizar. Portanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e anti-intelectualista, afirmo que iniciei a minha aprendizagem sociológica aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade

1 Aspecto-chave na caracterização do AI-5 como um marco é a violência repressiva, que aumentou exponencialmente após dezembro de 1968, como é visível nos registros de mortos, torturados, desaparecidos etc. (MOTA, 2018, p. 2).

em uma cidade na qual não prevalecia a ordem das bicadas, mas a relação de presa, pela qual o homem se alimentava do homem (FERNANDES, 1994, p. 123).

Em 1969, por estar impedido de se envolver na vida acadêmica e política brasileira aceitou convite para ser professor na Universidade de Toronto, no Canadá. Passou cerca de três anos fora do país, retornando em 1972 quando passou a atuar como professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Durante e nos anos do regime militar e após esses, Florestan se dedicou à produção de obras, como por exemplo, *Educação e sociedade no Brasil* (1966), onde o intelectual integrou seus estudos e pesquisas sobre debates educacionais escritos entre 1946 e 1962. Fez importantes interposições no tocante à reforma universitária, especialmente as que haviam ocorrido entre 1964 e 1969. Sendo que “[...] por volta dos anos 1970, Fernandes estava no auge de sua produção” (VELHO, 2016, p. 28).

Em 1986, Florestan passou a fazer parte da esfera política do país filiando-se ao Partido dos Trabalhadores, partido pelo qual se elegeu deputado para a Assembleia Nacional Constituinte, sendo reeleito para um novo mandato em 1990. Faleceu em São Paulo, no dia 10 de agosto de 1995, aos 75 anos, vítima de uma parada cardíaca enquanto se recuperava de um transplante de fígado.

Florestan Fernandes publicou mais de cinquenta obras, transformou o pensamento sociológico do Brasil e instituiu um novo estilo de investigação, caracterizado pela firmeza e infalibilidade crítica e analítica. Foi também angariado com o título simbólico de pai da sociologia crítica no Brasil (MARIOS, 2007).

Campanha em Defesa do Ensino Público

A Campanha em Defesa do Ensino Público se desenvolveu no Brasil entre 1959 e 1961. Florestan Fernandes foi o grande fomentador. Tratava-se de um momento histórico em que se articulava a elaboração e aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que viria a ser promulgada em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961). Ou seja, um período com importantes definições políticas no âmbito da educação, da democratização e do desenvolvimento nacional. Pela primeira vez o país tinha uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

Os fundamentos da Campanha estavam voltados para a defesa do ensino público, para ações do Estado no sentido de direcionar mais recursos para a educação, tornando-a democrática e universalizada. Essas ideias perpassavam os debates e deveriam constar na versão final da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei Federal nº 4024/1961 (BRASIL, 1961), que estava em curso.

Para Florestan, a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira representava a esperança de novos rumos para a educação brasileira. No entanto, após o longo

período de debates e uma vez promulgada, entendeu-a da seguinte forma: “[...] não trepidaram diante da dilapidação do erário público para servir aos interesses ilegítimos dos estabelecimentos particulares de ensino” (FERNANDES, 1966, p. 512). Diante de sua análise e compreensão crítica do projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Florestan instituiu na Campanha em Defesa da Escola Pública.

A Campanha de Defesa da Escola Pública surgiu, praticamente, da indignação provocada em quase todos os círculos da sociedade brasileira pelo projeto de lei sobre “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Existiam fundadas esperanças de que esse projeto de lei iria inaugurar uma nova era na vida educacional do país, fornecendo as bases para a reorganização do ensino primário, do ensino médio e do ensino superior, bem como a solução pelo menos dos problemas educacionais mais graves que enfrentamos (FERNANDES, 1960, p. 184).

Havia insatisfação generalizada por parte de intelectuais, educadores, professores e alunos com a situação instável do ensino público brasileiro. Cobrava-se a indispensabilidade do Estado em intervir financeiramente para a solução dos problemas que impediam o avanço do ensino público. Foi neste cenário que se desencadeou o “[...] movimento de ideias e de luta pela reconstrução educacional no país” (FERNANDES, 1966, p. 355).

Segundo Saviani (2007), a Campanha em Defesa do Ensino Público pôde contar também com a participação de educadores envolvidos no movimento dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior e Lourenço Filho, além de sujeitos implicados em movimentos estudantis, operários, sindicais e culturais, que representavam a resistência às condições sociais da época, pois, a situação social do proletariado representava o cerne das motivações reivindicatórias, “[...] o que preocupa é como disciplinar o Estado de modo a impedir a concentração e o monopólio de poder nas mãos de pequenos grupos” (FERNANDES, 1966, p. 370).

Ainda conforme Saviani (2007), Florestan Fernandes assumiu a liderança desse processo, engajado na luta por expansão do acesso ao ensino às camadas carentes da sociedade, proporcionando a equidade na educação com princípios de liberdade e democracia. Florestan assim se manifestou:

Graças à Campanha de Defesa da Escola Pública, alguns meses após participar desse simpósio, tive a oportunidade de sair do relativo isolamento a que ficam condenados, por contingências de carreira e por outros motivos menos louváveis, os professores universitários. O longo debate, que se seguia a cada conferência ofereceu-me um instrumento de sondagem endoscópica da sociedade brasileira de real significação para os meus centros de interesse científico. Em quase cinco dezenas de debates, no município da capital de São Paulo, em outras comunidades do interior do nosso Estado e em várias “grandes cidades” brasileiras, consegui estabelecer um diálogo, por vezes de natureza polêmica, com representantes dos diferentes círculos e correntes sociais da sociedade brasileira contemporânea. Se me foi dado perceber, reiteradamente, que a

“fome de instrução” é boa conselheira e que até os leigos incultos são capazes de atinar com as soluções que deveríamos pôr em prática, também tive de ceder a conclusões sumamente penosas e inesperadas (FERNANDES, 1961, p. 03).

Por meio da Comissão Estadual de Defesa da Escola Pública e pela I Convenção Operária de Defesa da Escola Pública ao Projeto da LDB, foram apresentadas reivindicações, além de diversos debates e discussões sobre as propostas apontadas, no intuito de deixar mais democrática a Lei de Diretrizes e Bases. Houve também a publicação de artigos e entrevistas concedidas por intelectuais e adeptos do movimento. A título de exemplo estão as diversas manifestações públicas de Anísio Teixeira em favor da Campanha, como o seu discurso publicado pelo Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio do Rio de Janeiro (1961), e suas discussões sobre justiça social e igualdade no acesso à escola, propagadas em jornais como o *Metropolitano* e a revista *Manchete*.

As ideologias da Campanha foram altamente propagadas por veículos da imprensa, tornando estes meios instrumentos de diálogo entre os engajados e o público. O jornal *O Estado de São Paulo* ganhou notoriedade por atuar decisivamente na propagação das concepções defendidas pela Campanha em Defesa da Escola Pública, entre elas, a convocação da população para comparecer à reunião, em especial, os representantes das entidades estudantis, operários sindicais e culturais, que incorporavam o movimento no intuito de congregar e discutir formas de se contraporem ao Projeto da LDB aprovado para promulgação, pois, entendiam que o mesmo ainda não abarcava questões importantes no que se refere aos aspectos pedagógicos, como, a aplicação dos recursos públicos para o ensino.

Os estudantes, que iniciaram os movimentos de crítica e de repúdio ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tão generosa e patrioticamente condensado na fórmula que se tornou o lema de nossa Campanha: Dinheiro Público para a Escola Pública! Os operários e os trabalhadores em geral, os mais diretamente interessados na manutenção e expansão do ensino público, os líderes sindicais, os professores, os intelectuais e todos os cidadãos cômicos de seus deveres cômicos, precisam honrar francamente os compromissos sagrados que temos perante o regime democrático, defendendo mais uma vez os seus esteios, que estão na educação do povo pela instrução pública, gratuita e aberta a todos! Ninguém pode fugir à responsabilidade de cobrar do governo e do Presidente da República o respeito pelas tradições educacionais republicanas (DIRETRIZES E BASES: MEMORIAL..., 1961, p. 30).

O excerto supracitado trata-se de parte do documento *Memorial Contra o Veto do Presidente nas Diretrizes e Bases da Educação* (1961), sendo também fragmento de uma publicação do jornal *O Estado de São Paulo*. Essas divulgações se estenderiam até o fim do movimento com a assinatura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em meados de dezembro de 1961. Segundo consta no artigo “*Florestan Fernandes e a educação*” escrito por Saviani (1996, p. 82): “Florestan Fernandes

frequentou assiduamente a imprensa escrita, divulgando incansavelmente um saber crítico da sociedade encarado como instrumento para a necessária ação transformadora a ser protagonizada pelos de baixo.”

Florestan compreendeu que, mesmo após as manifestações públicas da Campanha em Defesa da Escola Pública, o projeto para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aquela que seria a LDB 4024/61 (BRASIL, 1961) continuava distante de suas reivindicações e muito aquém daquilo que os envolvidos na Campanha propunham, dando evidência aos interesses de instituições particulares e das escolas ligadas a Igreja Católica “[...] no essencial, o projeto ou ficou como estava ou ficou pior” (FERNANDES, 1966, p. 514), analisou o intelectual.

Ou seja, as reivindicações feitas em 1961, e publicadas com o título Diretrizes e Bases: Memorial, contra o veto do presidente, ainda continuavam pendentes de solução e as demandas permanecem atuais:

Dinheiro público para a escola pública! Nada de concessões que alimentem o retrocesso disfarçado ao mandonismo político, a privilégios odiosos e ao obscurantismo cultural. O Povo exige democratização do ensino, ou seja, expansão e aprimoramento da rede de escolas públicas gratuitas e abertas a todos, sem distinções econômicas, sociais, raciais ou religiosas! (DIRETRIZES E BASES: MEMORIAL..., 1961, p. 30).

Para Florestan, por meio do ensino público reuniam-se as maiores possibilidades de atingir a toda a parcela da população brasileira, sem distinção de credo, raça e classe social. Deveria, portanto, a escola abranger aqueles que representavam frações das mais diversas classes sociais, tornando-se a base fundante da cidadania e do trabalho, de modo a proporcionar a todos a participação no andamento econômico, social e político do país, tornando-se a esperança de um futuro melhor. A expectativa otimista de um país mais democrático e com melhores condições sociais implicava a necessidade de um “[...] processo gigantesco de educação e não apenas a educação entendida no sentido da transmissão do conhecimento, mas no sentido da formação da cidadania” (OLIVEIRA, 2000, p. 181), como também defendeu Anísio Teixeira (1956). A educação pública era compreendida como um direito imprescindível para a formação do cidadão consciente de seus direitos, um ensino necessário para a vida em sociedade, mas também para a humanização e para o despertar da consciência e do esclarecimento. Tais motivações conduziram a trajetória profissional de Florestan Fernandes, assim como sua ação militante.

Em primeiro lugar, o nosso objetivo central é a qualidade e a eficácia do ensino. Se defendermos a Escola Pública, fazemo-lo porque ela oferece condições mais propícias, num país subdesenvolvido e dotado de recursos escassos para a educação, de produzir “bom ensino” e de proporcioná-lo sem restrições econômicas, ideológicas, raciais, sociais ou religiosas, a qualquer indivíduo e a todas as camadas da população (FERNANDES, 1966, p. 356).

Esse intelectual considerava ainda que no ensino público acomodavam-se as expectativas para o desenvolvimento da criticidade, da consciência de classe, da valorização da cultura e da conscientização quanto ao papel político e social de cada cidadão, fortalecendo, inclusive, o desenvolvimento econômico. Assim, a Campanha em Defesa do Ensino Público tornou-se ligeiramente um movimento de “[...] responsabilidade cívica, que propunha à nação os dilemas educacionais que temos de enfrentar e resolver, se quisermos sair da posição de Povo atrasado, subdesenvolvido” (FERNANDES, 1966, p. 348).

[...] pretendemos esclarecer e alertar as opiniões para que todos os cidadãos patriotas e responsáveis, independentemente do seu saber ou prestígio, venham a preocupar-se com os problemas brasileiros com a solução, colocando-se assim em condições de influenciar, pelos mecanismos normais do regime democrático, as decisões e orientações dos partidos e do Governo nesse campo (FERNANDES, 1966, p. 356).

Para Saviani, Florestan Fernandes foi “[...] um professor, sem dúvida sério, consistente e responsável”. O estudo de sua trajetória profissional, pessoal e intelectual revela um “verdadeiro educador, isto é, aquele que pratica a educação com a consciência clara de que a está praticando, o que o leva a formular conceitos de máxima significação”. (SAVIANI, 1996, p. 72).

Saviani o caracterizou ainda como “militante da educação pública” isso, desde a sua fase como estudante nos anos 40 e depois na academia. Para Saviani, “Florestan Fernandes constituiu a liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período”. (1996, p. 79).

O Movimento em Defesa da Escola Pública representa a ação conjunta de intelectuais e de grupos sociais que não se conformaram com as dificuldades sistemáticas enfrentadas pelo ensino de seu tempo, que entendiam que a educação pública prescindia de recursos públicos para sua efetivação. Esse movimento, assim como o sociólogo que o conduziu, deixou-nos a lição principal, que é a necessidade de lutar em prol da instrução e dos direitos daqueles a quem a estrutura social do país vem mantendo, há séculos, em condições de inferioridade. E o momento mais apropriado para reconhecermos seus feitos e aprendermos com suas lutas é no ano de 2020, quando celebramos o centenário de seu nascimento.

Considerações finais

Florestan Fernandes compreendeu a educação pública como um meio indispensável para a constituição da democracia no país e para a superação dos padrões de exclusão da população pobre dos bancos escolares. Esse sociólogo, antropólogo, escritor, político e professor brasileiro dedicou-se à luta por um Estado consciente de sua obrigação em subvencionar os estabelecimentos

particulares de ensino e investir significativamente na educação pública, tornando-a possível a todos.

Para Florestan, a Campanha de Defesa da Escola Pública deixou um referencial de sua atuação, não apenas no que se refere a críticas ao projeto da LDB (BRASIL, 1961), mas propondo uma reflexão sobre este projeto e o que representava para a educação brasileira. As medidas estabelecidas foram consideradas insuficientes, falhas e inaceitáveis, por isso passíveis de críticas e lutas por mudanças. Seu olhar crítico sobre a política liberal e o regime ditatorial não foi suportado pelo governo militar, que por meio do AI-5 o impediu de exercer sua profissão no país.

Conhecer a trajetória pessoal, intelectual e profissional de Florestan Fernandes, sobretudo seu envolvimento à frente da Campanha de Defesa da Escola Pública, nos traz argumentos para reafirmar a necessidade de se repensar a educação, ainda carente de transformações indispensáveis para que possa de fato proporcionar a formação integral do indivíduo, mesmo nos dias de hoje, quando comemoramos 100 anos do seu nascimento.

O caminho percorrido por Florestan Fernandes revela um sujeito sensível e crítico aos problemas de seu tempo, que lutou por transformações sociais em grande escala, já que, para ele, a educação era vista como um mecanismo capaz de possibilitar a superação dos problemas sociais, favorecendo as relações sociais, a preparação para o mundo do trabalho e para a cidadania.

Referências

BRASIL, *Lei 4024/1961 de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>> Acesso em: 09 out. 2020.

CANDIDO, Antônio. 1996. “O jovem Florestan”. In: *Estudos Avançados*. Vol. 10, n. 26. São Paulo: USP, p. 11 - 15. ISSN 1806-9592. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100003>. Acesso em: 09 out. 2020.

CANDIDO, Antônio. 1987. “Amizade com Florestan”. In: D’INCÂO, Maria Angela (org). *O saber militante*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz & Terra, 324p.

CANO, Wilson. 2012. “Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil”. In: *Revista Economia*. v.13, n.3b. Brasília: [s.n.]. p.897–916. ISSN 2178-2865. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf>. Acesso em 09 out. 2020.

DIRETRIZES E BASES: MEMORIAL CONTRA O VETO AO PRESIDENTE. 1961. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 17 dez, p.30. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19611217-26579-nac-0030-999-30-not>>. Acesso em: 18 de dez. 2020.

FEBVRE, Lucien. 2000. “Os combates de Febvre”. In: *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra.

FERNANDES, Florestan. 1960. “Análise e crítica do Projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. In: BARROS, Roque Spencer Maciel (Org.). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, p. 217 - 306.

FERNANDES, Florestan. 1994. “Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante”. In: *Estudados Avançados*. v.8, n. 22, set-dez, São Paulo. ISSN 1806-9592. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300011> Acesso em: 18 dez. 2020.

FERNANDES, Florestan. 1966. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora.

FERNANDES, Florestan. 1961. “Resistências à mudança social”. In: *O Estado de São Paulo*. Suplemento Literário. São Paulo, 02 dez, 1961. p. 03. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19611202-26568-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 2006. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

MANIFESTO DOS EDUCADORES DEMOCRATAS EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO (Mais uma vez convocados). 1959. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. vol. 31, n. 74, abr. jun., 1959. ISSN: 1676-2584 205. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/389/158>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. 2007. *Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MELO, Cristiane S.; MACHADO, Maria Cristina G. 2016. “Um estudo sobre o Movimento em Defesa da Escola Pública no Brasil (1959-1961)”. In: *Anais. X Seminário Nacional da HISTEDBR*. 30 anos de HISTEDBR. Contribuições para a História e Historiografia da Educação Brasileira. Campinas, 2016. ISBN: 978-85-7713-199-0. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1133-2855-1-pb.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2020.

MOTA, Rodrigo Patto S. 2018. “Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5”. In: *Revista Brasileira de História – ANPUH*. vol.38 no.79. Set / Dez. São Paulo: [s.n.]. ISSN 1806-9347. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882018000300011 Acesso em: 09 out. 2020.

OLIVEIRA, Isabel de Assis R. de. 2000 “Sociabilidade e direito no liberalismo nascente”. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n. 50, p. 160. São Paulo: CEDEC, p.159 – 183. ISSN 0102-6445 Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200009&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 09 out. 2020.

PONTES, Heloisa. 1998. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968)*. São Paulo: Cia das Letras.

ROMERO, Rosana Aparecida S. “Trajetória de Florestan Fernandes na cidade de São Paulo”. In:

Revista EDUCERE. XII Congresso Nacional de Educação. Curitiba: PUC/PR, 2015. ISSN 0103-2070. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18161_8430.pdf Acesso em 09 out. 2020.

SANFELICE, José Luís. 2007. “O Manifesto dos Educadores (1959) à Luz da História”. In: *Revista Educação e Sociedade*, vol. 28, n. 99, mai/ago, Campinas, p. 542-557. ISSN 1678-4626. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 out. 2020.

SAVIANI, Demerval. 1996. “Florestan Fernandes e a educação”. In: *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26. São Paulo. ISSN 1806-9592. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100013 Acesso em: 09 out. 2020.

SAVIANI, Demerval. 2007. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados.

SIRINELLI, Jean F. 1996. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-270.

TEIXEIRA, Anísio. 1956. “Educação não é Privilégio”. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 26, n. 63, p. 3-31, jul./set. ISSN: 2176-6681 Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001669.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. In: *Carta mensal*. Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro, nº 58, janeiro de 1960. Disponível em: <<http://cnc.org.br/editorias/acoes-institucionais/periodicos/carta-mensal-782>> Acesso em: 18 dez. 2020.

THOMPSON, Edward. P. 1987. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VELHO, Ricardo Scopel. 2016. *As transfigurações da educação na teoria de Florestan Fernandes: escola e socialização política na formulação estratégica da revolução socialista*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis.